

O CONCEITO JURÍDICO DE “VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO”: UM ESTUDO DA APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA À VIOLÊNCIA FRATERNA

Thiago Pierobom de Ávila¹

Cristhiane Raisse de Paula Mesquita²

Resumo

O artigo objetiva demonstrar que a violência fraterna contra a mulher deve ser presumida como uma forma de violência baseada no gênero, a exigir a aplicação da Lei Maria da Penha. Em estudo de caso de decisões do STJ e em 36 acórdãos do TJDFT identificou-se duas correntes jurisprudenciais: a corrente da presunção legal da vulnerabilidade da mulher no contexto familiar e a de exigência de comprovação da vulnerabilidade concreta. No TJDFT, há uma tendência de se afastar a aplicação da lei à violência fraterna (32 acórdãos). Todavia, as diretrizes do direito internacional dos direitos humanos das mulheres (recomendações do comitê CEDAW e decisões da CIDH) e os estudos sociológicos de cariz feminista reconhecem a violência de gênero na família como derivada de fatores estruturais (históricos, sociais e culturais) e não meramente individuais, apontando para a presunção de vulnerabilidade da mulher. Tais diretrizes e estudos integram a interpretação sistemática e teleológica da Lei Maria da Penha, concretizando o seu programa normativo ao se reconhecer que o desequilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres é um pressuposto da lei e não exigência probatória do caso concreto. O programa normativo de proteção integral à mulher exige o acolhimento da corrente da presunção legal.

Palavras-Chave: violência de gênero, irmãos, direitos humanos das mulheres, estudos sociológicos, interpretação.

INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1970, o movimento feminista e de mulheres brasileiro tem denunciado as diversas formas de violência contra as mulheres e cobrado políticas públicas pelo

¹ Professor Associado do programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB e dos programas de pós-graduação lato sensu da FESMPDFT e do IDP. Pesquisador associado do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Universidade de Lisboa e do Centro Gender and Family Violence da Universidade Monash, Austrália. Promotor de Justiça do MPDFT. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Universidade de Lisboa de ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-8163-5806>. Link.CV: <https://lisboa.academia.edu/ThiagoPierobom>
E-mail: thiago.pierobom@hotmail.com

² Especialista em Direito no curso de pós-graduação lato sensu "Ordem Jurídica e Ministério Público" da FESMPDFT. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5296-3154> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7191013619062420> E-mail: cris.rah@hotmail.com

"Os autores agradecem aos debates e à contribuição a este texto por Mariana Távora, Ronny de Jesus e Amom Albernaz".

Estado, notadamente no que diz respeito à violência perpetrada no âmbito doméstico e familiar (BARSTED, 2007). Após a condenação do Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA, no caso Maria da Penha (OEA, 2001), um grande impulso foi dado nesta luta, com a promulgação da Lei n. 11.340 (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para a proteção das mulheres, com especial destaque para as medidas protetivas de urgência, promovendo aquilo que Campos (2017) denomina como um “giro paradigmático da Lei Maria da Penha”, ao subverter a lógica da justiça penal tradicional e conferir à mulher posição de centralidade nas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Não obstante, mesmo após tantos anos desde a sua promulgação, inúmeras são as críticas feitas quanto à omissão estatal da efetiva aplicação da legislação.

A primeira resistência pelo sistema de justiça foi em relação à própria legitimidade da nova legislação: diversos juízos declararam a lei inconstitucional, ao argumento de violar a igualdade entre homens e mulheres. Mesmo após a decisão de 2012 do Supremo Tribunal Federal – STF na ADIN 4424 e ADC 19, que declararam constitucional o art. 41 da Lei n. 11.340/2006, as resistências à aplicação da lei persistem, escamoteadas em decisões que aceitam retratação à representação no crime de lesão corporal ao argumento da insignificância, pacificação social pela reconciliação, maior prestígio aos valores da unidade familiar, ausência de justa causa e outros (v.g., TJDF, Acórdão n. 680672, 2013).

Outra crítica se centra na ausência de efetiva aplicação da perspectiva protetiva da lei. Em que pese a Lei 11.340/2006 determinar o atendimento interdisciplinar, intersetorial e integral dos casos de violência doméstica, pesquisas indicam que a burocracia e o tradicionalismo jurídico, somados à relutância dos profissionais do Direito, criam obstáculos para o efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha. Dentre tais obstáculos estão o indeferimento de medidas protetivas de urgência pela exigência de outras provas além da verossimilhança do requerimento da mulher, sobrecarregando as vítimas com um ônus argumentativo e probatório, bem como a ausência de informações à vítima sobre as medidas deferidas, de integração com a rede de proteção e de monitoramento das decisões (DINIZ; GUMIERI, 2016; PASINATO et al., 2016).

Atualmente, uma nova frente de resistência quanto à aplicação da Lei Maria da Penha se manifesta no artificial “encolhimento hermenêutico” de seu âmbito de aplicação. A Lei n. 11.340/2006 determina em seu art. 5º que a legislação seja aplicada para as situações de “ação ou omissão baseada no gênero”, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto atual ou pretérita. Portanto, apesar de a lei ter previsto três hipóteses de aplicação relacional (âmbito doméstico, familiar e relações íntimas de afeto), há uma forte tendência na jurisprudência de retirar do campo de aplicação da lei a violência entre pessoas que residem na mesma residência, ou que pertencem à mesma família, mantendo apenas as violências no âmbito

das relações íntimas de afeto, ao argumento de que não se trataria de uma “violência baseada no gênero”. Tais decisões são usualmente motivadas pela suposta ausência de comprovação de uma especial “motivação de gênero” nas violências praticadas pelo filho contra a mãe (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, Acórdão n. 941134, 2016), pelo pai contra a filha (TJDF, Acórdão n. 1030799, 2017), pelo neto contra a avó (TJDF, Acórdão n. 683135, 2013), pelo irmão contra a irmã (TJDF, Acórdão n. 1092961, 2018), pelo tio contra a sobrinha (TJDF, Acórdão n. 940090, 2016), sobrinho contra a tia (TJDF, Acórdão n. 883561, 2015), quando a vítima tenha qualquer outra vulnerabilidade além do fato de ser mulher ou se houver alguma outra motivação concorrente ao conflito, como conflitos patrimoniais (TJDF, Acórdão n. 676386, 2013) ou uso de álcool ou drogas pelo agressor (TJDF, Acórdão n. 819846, 2014).

Estas decisões, usualmente proferidas sem qualquer discussão com as diretrizes internacionais e com os estudos de gênero das ciências sociais, são equivocadas e acabam por retirar uma quantidade significativa de violências do sistema protetivo da Lei Maria da Penha, afastando a possibilidade de concessão das medidas protetivas de urgência, retirando a competência do Juizado especializado e, portanto, sua integração com a rede de proteção especializada, bem como tornando invisíveis tais modalidades de violência doméstica e familiar, ao afastar a intervenção responsabilizadora prevista na legislação especial.

O presente artigo possui o objetivo de discutir esta divergência jurisprudencial quanto ao alcance do conceito de “violência baseada no gênero” especificamente na violência familiar entre irmãos e irmãs, que doravante denominaremos de “violência fraterna”. A partir do estudo de caso, será possível reconstruir o conceito jurídico de “violência baseada no gênero” indicado no art. 5º, *caput*, da Lei n. 11.340/2006.

Na primeira seção será analisada a jurisprudência do STF e do Superior Tribunal de Justiça – STJ sobre a aplicação do art. 5º, *caput*, da Lei n. 11.340/2006, quanto ao tema da “violência baseada no gênero”. Em seguida, será exposta pesquisa documental realizada na base de jurisprudência do TJDF sobre o tema da violência de gênero nos casos envolvendo violência fraterna. A metodologia deste levantamento documental será explicitada adiante no início desta segunda seção. Nestas duas primeiras seções serão identificadas duas tendências decisórias: a presunção da violência baseada no gênero no contexto de violência familiar contra a mulher, e a exigência de comprovação concreta de “motivação de gênero” ou hipossuficiência da mulher frente ao irmão.

Na terceira seção serão apresentadas as diretrizes de organismos internacionais relacionadas à conceituação da “violência baseada no gênero” e na quarta seção será feita uma revisão bibliográfica sobre os estudos feministas e de gênero e sua aplicabilidade à violência fraterna. Na última seção, será realizado um confronto das duas correntes jurisprudenciais sobre o conceito de

violência baseada no gênero com as diretrizes do direito internacional e dos estudos sociológicos, incorporados como elementos de interpretação sistemática e teleológica. Esta análise busca contribuir para a construção de uma teoria sobre o conceito jurídico de “violência baseada no gênero” constante do art. 5º, *caput*, da Lei n. 11.340/2006, lançando luzes para reverter uma perigosa tendência jurisprudencial de se invisibilizar a violência contra a mulher praticada pelos integrantes da sua família.

1 A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

No âmbito do STF, não há precedentes específicos sobre a violência fraterna. Todavia, a ADC 19/DF (2012) manifestou-se sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, trazendo elementos importantes para o esclarecimento da abrangência da proteção legal. Consta da ementa do acórdão:

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI Nº 11.340/06 – GÊNEROS MASCULINO E FEMININO – TRATAMENTO DIFERENCIADO. O artigo 1º da Lei nº 11.340/06 surge, sob o ângulo do tratamento diferenciado entre os gêneros – mulher e homem –, harmônica com a Constituição Federal, no que necessária a proteção ante as peculiaridades física e moral da mulher e a cultura brasileira. [...]

No voto do relator, consta o seguinte trecho:

Para frear a violência doméstica, não se revela desproporcional ou ilegítimo o uso do sexo como critério de diferenciação. A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens em situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e da usual diferença de força física entre os gêneros.

Portanto, por esta decisão, o critério que ativa a aplicação da Lei Maria da Penha é apenas o sujeito mulher que sofre uma violência, o que é constitucionalmente legítimo diante do quadro histórico, social e cultural de discriminação às mulheres nas relações privadas.

No âmbito do STJ, há apenas um precedente colegiado relacionado à aplicabilidade da Lei Maria da Penha à violência fraterna, acolhendo a tese da exigência de comprovação concreta da vulnerabilidade, mas a reconhecendo no caso apreciado (STJ, REsp 1.239.850, 2012). Consta do voto da relatora:

[D]e acordo com os precedentes desta Corte, a relação existente entre os sujeitos ativo e passivo deve ser analisada em face do caso concreto, para verificar a aplicação da Lei Maria da Penha, sendo desnecessário configurar a coabitação entre eles. No caso, apurou-se que o Réu foi à casa da vítima para ameaçá-la, ocasião em que provocou danos em seu carro ao atirar pedras. Após, foi constatado o envio rotineiro de mensagens pelo telefone celular com o claro intuito de intimidá-la e forçá-la a abrir mão “do controle financeiro da pensão

recebida pela mãe” de ambos. Nesse contexto, inarredável concluir pela incidência da Lei n.º 11.343/06, tendo em vista o sofrimento psicológico em tese sofrido por mulher em âmbito familiar, nos termos expressos do art. 5.º, inciso II, acima transcrito.

Por outro lado, em algumas decisões monocráticas se acolheu a tese da presunção de aplicação da lei à violência fraterna. Por exemplo, na decisão monocrática do REsp 1.458.184 (2015), se tratava de caso de agressão física perpetrada pelo irmão contra a irmã sob o argumento de que o ofensor estaria preocupado com a vítima, que passara a conviver com pessoas que seu irmão julgava ser “más companhias”, também fazendo uso de substâncias entorpecentes. Ao reconhecer a aplicação da lei, destacou o Ministro-relator em seu voto:

Nesse contexto, é de se ter claro que a própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente. *Ou seja, a fragilidade da mulher, sua hipossuficiência ou vulnerabilidade, na verdade, são os fundamentos que levaram o legislador a conferir proteção especial à mulher e por isso têm-se como presumidos.* [grifo nosso]

Usualmente quando se trata de violência entre parceiros, o STJ não tem afastado a aplicação da Lei Maria da Penha, afirmado ser pressuposto da Lei 11.340/2006 a presunção de hipossuficiência da mulher nas relações afetivas. Exemplo desta tendência está expresso no célebre caso envolvendo os atores Luana Piovani e Dado Dolabella. Conferir trecho da ementa do acórdão (STJ, REsp 1.416.580, 2014):

[...] 3. A situação de vulnerabilidade e fragilidade da mulher, envolvida em relacionamento íntimo de afeto, nas circunstâncias descritas pela lei de regência, se revela *ipso facto*. Com efeito, a presunção de hipossuficiência da mulher, a implicar a necessidade de o Estado oferecer proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente, constitui-se em pressuposto de validade da própria lei. Vale ressaltar que, em nenhum momento, o legislador condicionou esse tratamento diferenciado à demonstração dessa presunção, que, aliás, é insita à condição da mulher na sociedade hodierna.

Todavia, em outros casos de violência entre familiares, diversos acórdãos têm exigido uma motivação de gênero ou vulnerabilidade concreta para permitir a aplicação da lei. O acórdão abaixo, relativo à violência praticada pelo cunhado, ilustra esta tendência (STJ, AgRg no AREsp 1022313, 2017):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. RELAÇÃO FAMILIAR. LEI MARIA DA PENHA. MOTIVAÇÃO DE GÊNERO. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. “A jurisprudência da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, para a aplicação da Lei 11.340/2006, não é

suficiente que a violência seja praticada contra a mulher e numa relação familiar, doméstica ou de afetividade, mas também há necessidade de demonstração da sua situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência, numa perspectiva de gênero” (AgRg no REsp 1430724/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015).

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios da lide, entendeu que não haveria elementos suficientes para configuração da motivação de gênero nos atos do agravado, e que não teria ficado caracterizado o estado de vulnerabilidade do sexo oposto.

3. Desse modo, para que fosse possível a análise das pretensões recursais, seria imprescindível o reexame das provas constantes dos autos, o que é vedado ante o que preceitua a Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

Pesquisa realizada por Cruz (2017) documentou que, de 38 acórdãos do STJ analisados, em apenas 20 se acolheu a tese da presunção de violência de gênero contra a mulher derivada das complexas relações de poder que produzem assimetrias entre homens e mulheres, a atrair automaticamente a aplicação da Lei n. 11.340/2006 nas situações de violência doméstica e familiar. Nos demais 18 acórdãos analisados, exigiu-se demonstração concreta da vulnerabilidade da mulher.

Esta indefinição na jurisprudência do STJ tem levado diversos tribunais estaduais a afastarem a aplicação da Lei Maria da Penha no contexto de violência praticada pelo irmão contra a irmã (v.g.: TJGO, RESE 212049-04.2015.8.09.0175, 2018; TJMG, CJ 1.0000.17.089609-6/000, 2018; TJSC, CJ 2014.058227-5, 2014; TJBA, RESE 0016271-16.2016.8.05.0000, 2017). A seguir, apresentaremos um estudo de caso na jurisprudência do TJDF, para ilustrar esta tendência.

2 A VIOLÊNCIA FRATERNA E O GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DO TJDF

A presente seção apresenta pesquisa documental sobre o acervo jurisprudencial do TJDF, utilizando-se dos recursos e técnicas da Metodologia de Análise de Decisões – MAD (FREITAS FILHO; LIMA, 2010), consistente em uma técnica que propõe a adoção de um procedimento dividido em três momentos, quais sejam: pesquisa exploratória (pesquisa do problema jurídico), recorte objetivo (seleção conceitual do campo discursivo em que se localiza o problema detectado) e recorte institucional (escolha dos órgãos decisórios a serem pesquisados).

Para esse recorte de pesquisa, foi realizada, durante o mês de junho de 2018, pesquisa no sítio eletrônico de jurisprudência do TJDF com as palavras-chaves “penal e violência doméstica e competência e gênero e (irmão ou irmã)”, resultando daí 59 documentos, dentre os quais somente 36 não estavam sob segredo de justiça. Todos estes 36 acórdãos foram lidos em seu inteiro teor e classificados, segundo sua posição sobre a configuração ou não da “violência baseada no gênero” na relação fraterna.

A pesquisa revela que a jurisprudência do TJDFR se divide em duas linhas decisórias: uma minoritária (2 casos), que pressupõe que toda violência fraterna contra a mulher é uma violência baseada no gênero, e outra majoritária (34 casos) que exige comprovação concreta de vulnerabilidade ou discriminação à mulher. Ainda nesta segunda linha, é possível realizar nova subdivisão em decisões que reconheceram a aplicação da lei (2 casos) e as que excluíram aplicação da Lei Maria da Penha (32 casos). O contexto da discussão sobre a aplicação da lei usualmente está associado à definição da competência dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher para julgar o caso, seja no âmbito da concessão das medidas protetivas de urgência, seja no processamento criminal. Vejamos.

Dois acórdãos que presumiram a existência de violência de gênero na violência fraterna, derivada da estrutura social discriminatória às mulheres (TJDFR, Acórdãos: 868.682, 2015; e 1.040.951, 2017). O Acórdão 1.040.951 é paradigmático desta corrente. Neste caso, vítima e agressor residiam no mesmo lar e, após o ofensor começar a utilizar substâncias entorpecentes, tornou-se uma pessoa agressiva, mesmo quando estava em abstinência, especialmente com a finalidade de conseguir alguma importância em dinheiro de sua genitora ou irmã para adquirir mais drogas. Em seu voto, o relator assim se manifestou (TJDFR, Acórdão 1.040.951, 2017):

A violência de gênero nas contingências da cultura brasileira diz respeito, na generalidade dos casos, à distribuição desigual de autonomia privada, reduzindo a capacidade da mulher de se autodeterminar, resultando em um assenhoreamento masculino das decisões concernentes à comunidade, à família e até mesmo à intimidade da mulher. Nesse contexto, a violência física e moral contra a mulher foi instrumento historicamente elegido para o exercício dessa dominação e para a manutenção da distribuição desigual de poder nas relações sociais entre homem e mulher. [...]

Assim, no caso se opera efetiva presunção de violência baseada em gênero, pois o comportamento do sentenciado busca subjugar a autonomia da ofendida, pelo que, o processamento do feito na via ordinária implicaria em insuficiência de resposta penal e processual penal, dada as peculiaridades com que a violência baseada em gênero deve ser combatida para romper com o ciclo de agressão contra a mulher enraizado no comportamento social dos agressores.

Dentre as decisões que exigiram comprovação concreta da “motivação de gênero”, apenas duas reconheceram a aplicação da Lei Maria da Penha, argumentando que no caso havia uma dificuldade da vítima de se opor ao irmão e as agressões não eram dirigidas ao irmão da vítima, apenas à mulher (TJDFR, Acórdão 750.618, 2014) e diante de a vítima sofrer violência já há dez anos e o episódio concreto derivar de a vítima não aceitar ordem do irmão (TJDFR, Acórdão 760.081, 2014). Em ambos, o longo período de tempo que a mulher vinha sofrendo violência do irmão foi considerado para afirmar a aplicação da Lei Maria da Penha. O referido Acórdão 750.618 bem ilustra desta corrente, constando do voto do relator:

Registro que, para a incidência da Lei nº 11.340/2006, além de o crime ser cometido em âmbito doméstico e familiar, exige-se que o agressor tenha em mente o gênero da pessoa ofendida, oprimindo-a em face da sua condição de vulnerabilidade por ser ela do sexo feminino. [...] Logo, conclui-se que, os supostos delitos cometidos pelo réu em face da ofendida se deram em razão da sua condição de vulnerabilidade. Por não ter condições de se opor, por si só, ao comportamento agressivo dele, sua única reação era procurar o auxílio do Estado, tanto que afirmou ter registrado três ocorrências policiais contra ele.

Nos 29 (vinte e nove) acórdãos restantes do TJDF, que entenderam pela não aplicação da Lei n. 11.340/2006 à violência fraterna, o pressuposto era que a configuração da “violência baseada no gênero” não seria presumida, e sim deveria ser comprovada concretamente, o que não ocorreu.

O trecho do voto do relator do acórdão abaixo é paradigmático quanto à tese da não presunção da violência e não reconhecimento no caso concreto. Conferir (TJDF, Acórdão 845.944, 2015):

Há de convir-se que nem toda violência contra mulher ocorre sob a égide da Lei 11.340/2006, de sorte que a sua aplicação deve ser restrita aos casos em que a agressão perpetrada no círculo de convivência doméstica seja resultante da imposição do gênero masculino sobre o feminino. Pensar diferente implicaria a violação do princípio constitucional de igualdade entre os sexos, criando discriminação injustificada entre homens e mulheres.

Assim, nada obstante a relação de parentesco e o fato de os irmãos coabitarem sob o mesmo teto, não se verificou relação de inferioridade ou hierarquia capaz de atrair tutela da Lei 11.340/2006. Tampouco se pode afirmar que a condição feminina tenha sido determinante da agressão, pois o motivo da desavença foi apenas o alto volume do equipamento de som onde a vítima ouvia música. A reação do irmão foi desproporcional por estar drogado ou embriagado, sem qualquer ligação com o gênero feminino. [...] Há em curso nítida tendência de ampliar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher para abranger o maior número possível de casos, mas, contudo, não há como aplicar os rigores da Lei Maria da Penha apenas em razão do vínculo familiar entre as partes. Os fatos apurados não ultrapassam as barreiras de reles desentendimento familiar decorrente do consumo de álcool ou droga, e não de uma tentativa de submeter a mulher em razão de sua condição.

Dentre os argumentos adotados nos diversos acórdãos para a declaração de não aplicação da lei, destacam-se a ausência de subjugação feminina no caso concreto (TJDF, Acórdão n.1008267, 2017), a ausência de relação de dependência ou subordinação da mulher no caso concreto (TJDF, Acórdão n.696573, 2013), a ausência de indícios de fragilidade da ofendida frente ao agressor, a ausência de vulnerabilidade ou inferioridade financeira da vítima (TJDF, Acórdão n.771748, 2014), o cometimento de agressões sem que o gênero fosse questão determinante para a discriminação ou opressão (TJDF, Acórdão n.861361, 2015), o fato de que o crime teria se consumado qualquer que fosse o sexo da vítima (TJDF, Acórdão n.803196, 2014), não restar

comprovado o fato de que o ofensor exercia qualquer autoridade sobre a irmã (TJDFT, Acórdão n.694052, 2013) ou, ainda, pela ausência de comprovação da existência de relação de dependência ou hierarquia apta a caracterizar qualquer tipo de subjugação da mulher (TJDFT, Acórdão n.694232, 2013).

Os motivos da exclusão de aplicação da Lei Maria da Penha foram o fato de haver uma briga patrimonial entre irmãos e irmãs, principalmente de bens deixados por seus genitores em inventários ou de administração da pensão (TJDFT, Acórdão n.1079355, 2018), o fato de não haver coabitação da vítima com o agressor e se tratar de um conflito banal (TJDFT, Acórdão n.667228, 2013), ou o fato de o agressor estar sob efeito de álcool ou substâncias entorpecentes (TJDFT, Acórdão n.845944, 2015). Em outros casos, a exclusão da motivação de gênero aparece como recurso argumentativo relacionado à insignificância da violência decorrente de motivos banais no convívio fraterno, tratando-se de meros “desentendimentos familiares” (TJDFT, Acórdão n.1102290, 2018). Até mesmo o fato de a mulher ter um marido que poderia defendê-la das ameaças do irmão foi utilizado como argumento para afastar a violência de gênero (TJDFT, Acórdão n.838654, 2014), o que, em verdade, replica estereótipos de gênero.

A revelação desta “prática decisória dos decisores” (FILHO; LIMA, 2010) indica que a tese da exigência de comprovação concreta de vulnerabilidade presta-se, na maioria dos casos (32 de 34 casos, ou 94% dos casos), à exclusão da aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres que sofrem violência pelo irmão. De forma geral, tais precedentes não dialogam com as de diretrizes de direito internacional ou os estudos sociológicos sobre a natureza estrutural e relacional da violência baseada no gênero. Vejamos.

3 DIRETRIZES DO DIREITO INTERNACIONAL

O estudo dos tratados internacionais sobre direitos das mulheres ratificados pelo Brasil é de especial importância para a interpretação sistemática da Lei Maria da Penha.

Segundo Corrêa (2011), o conceito de gênero que circulava nas ciências sociais foi incorporado pela primeira vez em um documento internacional após os trabalhos preparatórios da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento – CIPD da Organização das Nações Unidas – ONU, de 1993, definitivamente legitimando tal conceito enquanto “linguagem de política pública global”. Este conceito tem se desenvolvido nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH e na Corte Europeia de Direitos Humanos e CEDH, bem como, especialmente, no âmbito das resoluções do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. Tais referências de internacionais da CEDAW e CIDH

são diretamente aplicáveis ao ordenamento jurídico brasileiro, e as da CEDH são um relevante instrumento de analogia do *jus cogens* em nível internacional.

O Brasil é signatário da CEDAW, aprovada pela ONU em 1979, e incorporada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 4.377/2002. Conforme a CF/1988, art. 5º, § 2º os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com o *status* de norma constitucional após a EC n. 45/2004 e com supralegalidade antes de tal norma³. Portanto, tal tratado integra a moldura constitucional (ou supralegal, como se queira) que conforma a interpretação de todas as normas infraconstitucionais, dentre elas o alcance da expressão “violência baseada no gênero” prevista no art. 5º, *caput*, da Lei n. 11.340/2006.

Esta convenção internacional previu a criação de um comitê para o monitoramento de sua implementação, com representantes dos países signatários, com poder de expedir recomendações de caráter geral (art. 21.1 da CEDAW). Tais recomendações integram o denominado direito internacional consuetudinário, compondo o arcabouço interpretativo do tratado, por se tratar de uma interpretação dos próprios representantes dos Estados signatários, nos termos do art. 31.3 da Convenção de Viena (Decreto n. 7.030/2009), sobre a interpretação de tratados internacionais (v. MECHLEM, 2009).

Há três recomendações do comitê CEDAW de especial interesse para a definição da abrangência da violência baseada no gênero: as Recomendações n. 19, 33 e 35 (respectivamente: ONU, 1992, 2015 e 2017).

A Recomendação n. 19/1992 do Comitê CEDAW, sobre a violência contra as mulheres, estabelece em seu item 6: “A definição de discriminação contra a mulher inclui a violência baseada no gênero, ou seja, a violência dirigida contra uma mulher em razão dela ser mulher, ou que afete as mulheres de forma desproporcional”. O item 11 desta recomendação avança na inclusão das diversas formas de violência familiar no conceito de violência baseada no gênero. Conferir:

Atitudes tradicionais pelas quais as mulheres são vistas como subordinadas aos homens, ou tendo papéis estereotipados, fomentam práticas envolvendo violência e coerção, tais quais a violência familiar, casamentos forçados, mortes de viúvas, ataques de ácido e circuncisão feminina. Tais preconceitos e práticas podem justificar a violência baseada no gênero como uma forma de proteção ou controle sobre a mulher. O efeito de tal violência na integridade física e psicológica das mulheres é a privação de sua igual fruição, exercício e conhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Apesar deste comentário se referir especialmente à violência atual ou à ameaça de violência, as consequências

³ STF, HC 87585, rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, j. 3 dez. 2008, DJe- 25 set. 2009. Para efeitos de argumentação, a supralegalidade permite a mesma conclusão de controle de conformidade sistemática diante da hierarquia normativa superior.

subjacentes a tais formas de violência baseada no gênero colaboram para manter os papéis subordinados e contribui para o baixo nível de participação política e para os níveis baixos de educação, habilidades e oportunidades de trabalho das mulheres.

Finalmente, o item 23 desta Recomendação 19/1992 reconhece uma ligação direta entre violência baseada no gênero e violência familiar. Conferir:

A violência familiar é uma das formas mais insidiosas de violência contra as mulheres. Ela é prevalente em todas as sociedades. No âmbito das relações familiares as mulheres de todas as idades são submetidas a violências de todos os tipos, incluindo agressões físicas, estupro e outras formas de violência sexual, mental, e outras formas de violência, que são perpetuadas por atitudes tradicionais. A ausência de independência econômica força muitas mulheres a se manterem nas relações violentas. A anulação das responsabilidades delas pelos homens pode ser uma forma de violência e coerção. Estas formas de violência colocam as mulheres em risco e reduzem sua habilidade de participar na vida familiar e pública numa base de igualdade.

Como uma consequência de tal correlação entre violência familiar e violência baseada no gênero, o comitê recomenda que: “Os Estados Membros devem assegurar que as leis relacionadas à violência familiar, estupro, violência sexual e outras formas de violência baseada no gênero sejam adequadas à proteção de todas as mulheres e respeitar sua integridade e dignidade [...]” (item 24.b), prevendo na sequência uma lista de diversas ações concretas que deveriam ser implementadas nesse aspecto.

Portanto, tal recomendação correlaciona diretamente a violência familiar contra a mulher como uma forma de violência baseada no gênero. A violência familiar contra a mulher reproduz a violência de gênero e igualmente colabora para sua perpetuação.

Esta ligação entre violência de gênero e motivações culturais relativas aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres é novamente repetida na Recomendação Geral n. 33/2015 do Comitê CEDAW, sobre o direito das mulheres de acesso à justiça, em seu item 7:

A discriminação pode ser dirigida contra as mulheres por motivo de sexo e gênero. Gênero refere-se a identidades, atributos e papéis socialmente construídos para mulheres e homens e ao significado cultural imposto pela sociedade às diferenças biológicas, que se reproduzem constantemente no sistema de justiça e suas instituições. Em virtude do artigo 5(a) da Convenção, os Estados partes têm a obrigação de tornar visíveis e remover as barreiras sociais e culturais subjacentes, incluídos os estereótipos de gênero, que impedem as mulheres de exercer e reivindicar seus direitos e seu acesso a remédios efetivos.

O item 15 da Recomendação Geral n. 33/2015 – CEDAW, que recomenda que os Estados partes devem ampliar (e não reduzir) as ações para fortalecer o acesso à justiça das mulheres:

a) Assegurem que os direitos e as correlativas proteções jurídicas sejam reconhecidos e incorporados na lei, aprimorando a capacidade de resposta sensível a gênero por parte do sistema de justiça; b) Ampliem o acesso irrestrito das mulheres aos sistemas de justiça e assim as fortaleçam para alcançar a igualdade *de jure* e *de facto*; c) Assegurem que os profissionais dos sistemas de justiça lidem com os casos de uma forma sensível a gênero; [...]

No mesmo sentido da ampla disponibilidade da justiça especializada às necessidades das mulheres, estabelece o item 16 da referida recomendação para a criação de tribunais (varas) especializados na garantia de acesso às mulheres à justiça sem discriminação.

Especificamente em relação às normas de direito penal, a recomendação reconhece no seu item 47 que: “Alguns códigos ou leis penais e/ou códigos de processo penal discriminam as mulheres: [...] c) ao falhar em criminalizar ou em agir com a devida diligência para prevenir e prover reparação a crimes que afetam desproporcionalmente ou apenas as mulheres; [...]”. Como consequência deste reconhecimento, recomenda-se aos Estados partes que:

a) Exerçam a devida diligência para prevenir, investigar, punir e prover reparação a todos os crimes cometidos contra mulheres, sejam por atores estatais ou não estatais; b) Assegurem que as prescrições estejam em conformidade com os interesses das vítimas; c) Tomem medidas efetivas para proteger as mulheres contra a vitimização secundária em suas interações com autoridades judiciais e demais encarregadas da aplicação da lei, bem como considerem estabelecer unidades especializadas em gênero dentro dos sistemas de aplicação da lei na investigação policial e no processamento penal; d) Tomem medidas apropriadas para criar ambientes acolhedores que encorajem as mulheres a reivindicar seus direitos, denunciar crimes cometidos contra elas e participar ativamente em processos da justiça penal; adotem medidas para prevenir retaliações contra mulheres que recorrem ao sistema de justiça. [...]

O conceito de “violência baseada no gênero” é novamente recuperado na Recomendação n. 35/2017 do Comitê CEDAW, que atualiza as considerações da Recomendação n. 19/1992, estabelecendo em seu item 9:

O conceito de “violência contra as mulheres”, tal como definido na Recomendação Geral n. 19 e em outros instrumentos e documentos internacionais, coloca ênfase no fato de tal violência ser baseada no gênero. Na mesma linha, na presente recomendação, o termo “violência baseada no gênero contra as mulheres” é usado como um termo mais preciso que faz referência explícita às causas de gênero e aos impactos desta violência nas relações de gênero. Este termo fortalece a compreensão desta violência como um problema social, mais que individual, a exigir respostas compreensivas, além daquelas relacionadas aos eventos específicos, bem como os agressores ou vítimas/sobreviventes individuais.

O item 19 esclarece que uma “violência baseada no gênero” pode ser reconhecida a partir de suas causas relacionadas ao gênero. Conferir:

O Comitê considera que a violência baseada no gênero contra as mulheres possui raízes em fatores relacionados com o gênero, como a ideologia de que os homens possuem direitos ou privilégios sobre as mulheres, as normas sociais relacionadas à masculinidade e a necessidade de afirmar o controle ou poder masculinos, assegurar o respeito dos papéis de gênero ou prevenir, desencorajar ou punir o que for considerado um comportamento feminino inaceitável. Estes fatores também contribuem para aceitação social explícita ou implícita da violência baseada no gênero contra as mulheres, usualmente consideradas como um assunto privado, e para a sua ampla impunidade.

Adiante esclarece no item 20 que a violência baseada no gênero ocorre nas esferas pública e privada, incluindo o contexto familiar. A recomendação conclui (item 24.2.b) que o Estado possui a obrigação de atuar com devida diligência (*due diligence*) mediante leis e instituições para enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Especificamente em relação ao Poder Judiciário, esta recomendação afirma no item 26.c que os juízes não podem atuar com interpretações discriminatórias da lei e das disposições de direito internacional, afirmando que:

A aplicação de noções pré-concebidas e estereotipadas sobre o que constitui a violência baseada no gênero contra as mulheres, quais deveriam ser as respostas das mulheres a tal violência e qual o nível de prova necessário para comprovar sua ocorrência pode afetar o direito das mulheres à igualdade perante a lei, ao julgamento justo e a remédios efetivos, tal como estabelecido nos artigos 2 e 15 da Convenção.

A Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995), também aborda o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher, pressupondo que tais formas de violência são uma violência baseada no gênero. Conferir o item 117:

As ameaças e os atos de violência quer ocorram no lar ou na comunidade, perpetrados ou tolerados pelo Estado, infundem medo e insegurança na vida das mulheres e constituem obstáculo à obtenção da igualdade, do desenvolvimento e da paz. [...] Em muitos casos, a violência contra as mulheres e as meninas ocorre na família ou no lar, onde muitas vezes a violência é tolerada. O abandono, o abuso físico e sexual e a violação de meninas e mulheres por membros da família e outros moradores da casa, assim como os casos de abusos cometidos pelo marido ou outros familiares, muitas vezes deixam de ser denunciados e, por isso, são difíceis de detectar. Mesmo quando essa violência é denunciada, nem sempre as vítimas são protegidas ou os agressores castigados.

O seguinte item 118 desta Plataforma conclui que pressões sociais, vergonha, falta de assistência às mulheres, e falta de empenho das autoridades públicas cria consequências mais gravosas às mulheres nesses contextos de violência familiar, pelo que exigem leis especiais.

De forma semelhante, no direito internacional interamericano, o reconhecimento da violência de gênero não está ligado a fatores biopsicológicos, ou apenas relacionais, mas especialmente a razões sócio-histórico-culturais. Por exemplo, o preâmbulo da Convenção de Belém do Pará reconhece que “a violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens” (OEA, 1994).

Esta convenção utiliza-se da expressão “gênero” em seu art. 1º, ao estabelecer que: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. E o art. 2.a expressamente correlaciona a violência familiar como uma forma de violência contra a mulher, nos termos anteriormente indicados no art. 1º.

A Convenção de Belém do Pará possui um Mecanismo de Seguimento (MESECVI), que periodicamente elabora relatórios e emite recomendações sobre o cumprimento pelos estados parte da convenção. Este mecanismo emitiu em 2012 um relatório sobre o Brasil, entendendo, especificamente em relação ao quesito “inclusão da definição de violência contra a mulher na legislação, diferenciando-a da violência intrafamiliar, familiar ou doméstica” que o Brasil cumpre parcialmente a Convenção Interamericana, diante do advento da Lei Maria da Penha. Afirma que “esta definição se refere à violência que ocorre no âmbito familiar ou doméstico, não alcançando a violência contra a mulher em outros âmbitos” (OEA, 2012). Portanto, a própria metodologia de acompanhamento da Convenção pressupõe que a “violência contra a mulher” abrange genericamente a violência doméstica e familiar, mas vai além desta, abrangendo outras formas de violência, como o tráfico de pessoas com finalidade de prostituição, prostituição forçada, assédio sexual em locais públicos e ambiente de trabalho, violência contra mulheres praticadas por agentes estatais, a violência obstétrica e o não acesso a direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras.

A jurisprudência da CIDH tem associado a cultura social de tolerância a papéis estereotipados entre homens e mulheres com o conceito de violência baseada no gênero, no sentido de que se esta cultura influencia de alguma forma o contexto individual das violências, deve-se considerar como um episódio de violência de gênero (CIDH, 2017, *en passant*). Por exemplo, no

caso do Campo Algodoeiro, relativo a uma sequência de feminicídios aleatórios de mulheres praticados por desconhecidos em *Ciudad Juarez*, a CIDH afirmou que “a criação e o uso de estereótipos se converte em uma das causas e consequências da violência de gênero contra a mulher” e que no caso concreto “os homicídios de mulheres em *Ciudad Juarez* estão influenciados por uma cultura de discriminação contra a mulher” (CIDH, 2009, § 401 e 228; ver ainda os argumentos dos §§ 398-401). A CIDH tem reconhecido a violência baseada no gênero em diversos outros contextos, como de estupro praticados por militares contra mulheres indígenas (CIDH, 2010b, § 118), o homicídio de mulheres por desconhecidos em um contexto de alta impunidade e de ineficiência e preconceitos pelas autoridades encarregadas da persecução penal (CIDH, 2014b, § 65-67), diversos atos de violência sexual contra mulheres praticados por policiais e militares, em um contexto de luta antiterrorista e antissubversiva contra grupos armados (CIDH, 2014a, §§ 221-223 e 280).

Em algumas decisões, o critério utilizado para reconhecer a violência baseada no gênero foi o fato de as vítimas se sentirem estigmatizadas pela comunidade após sofrerem a violência e de terem contatos posteriores com os agressores, em caso de violência sexual praticada por agentes estatais (CIDH, 2004, § 49), o fato de a violência ser praticada especificamente contra mulher ou de afetar as mulheres em maior proporção que aos homens, ou ainda de terem o efeito de constituir um castigo ou disciplina à mulher (CIDH, 2006, §§ 223 e 224), e o fato de a violência afetar um número significativo de mulheres ou de ser aplicada às mulheres como forma de punição e humilhação ao seu companheiro (CIDH, 2014a, § 229). De forma geral, a corte tem entendido que “a violação sexual constitui uma forma paradigmática de violência contra as mulheres cujas consequências, inclusive, transcendem a pessoa da vítima” (CIDH, 2010, § 119)⁴.

Sobre o conceito de violência de gênero, a CIDH endossa o teor da Convenção Europeia sobre a violência contra as mulheres, reconhecendo que (CIDH, 2014b, § 207):

A violência contra as mulheres é uma manifestação do desequilíbrio histórico entre a mulher e o homem que tem levado à dominação e à discriminação da mulher pelo homem, privando a mulher de sua plena emancipação, [assim como que] a natureza estrutural da violência contra as mulheres está baseada no gênero. Outro precedente relevante no cenário internacional é a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos – CEDH, no caso *Opuz vs. Turquia* (2009). Este caso se tratava de uma situação de violência doméstica, praticada pelo homem contra sua esposa e sogra, que culminou com o feminicídio da sogra, quando o casal já estava separado. A requerente, esposa do agressor e filha da vítima de feminicídio, argumentou que apesar de o Estado da Turquia ter uma lei de enfrentamento à violência doméstica, tal lei não era corretamente aplicada pelos oficiais públicos, o que gerava seu descrédito perante as vítimas. A CEDH entendeu que a omissão

⁴ No mesmo sentido, associando genericamente a violência sexual à violência de gênero, ver CIDH, 2006, §§ 308-310; 2013, § 321-360; 2014a, *passim*; e 2015, § 192.

do Estado em aplicar efetivamente a lei às situações de violência doméstica e familiar, incluindo a violência contra a sogra, configurava uma discriminação contras as mulheres, pois tal violência afeta substancialmente mais as mulheres que os homens, pelo que condenou a Turquia ao pagamento de indenização à vítima. Entendeu-se que há tal discriminação mesmo que a omissão pelo Estado não seja intencional (já que havia uma lei sobre o tema). A Corte entendeu que “quando as vítimas de violência doméstica comunicam o crime na Delegacia, os policiais não investigam as comunicações, mas procuram assumir o papel de mediadores em tentar convencer as vítimas a retornar para casa e retratar-se da representação. Assim, os policiais consideram o problema como ‘uma questão familiar na qual não devem interferir’” (CEDH, 2009, § 195). E considera que “os agressores de violência doméstica não recebem, na prática, punições dissuasórias, pois as cortes mitigam as sentenças com fundamento no costume, tradição e honra” (§ 196), pelo que conclui que “persiste a violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica, na Turquia” (§ 197).

Vê-se, portanto, que também a CEDH considera que a violência contra outros integrantes da família (como a sogra, após a separação do casal) está incluída no conceito de violência doméstica contra a mulher e configura uma forma de discriminação às mulheres.

Em todos estes precedentes da comissão CEDAW, CIDH e CEDH, o conceito de violência baseada no gênero não é um conceito subjetivo de dolo, nem objetivo e limitado ao caso concreto, mas sim objetivo e derivado da estrutura social sexista, que gera um tipo de violência que atinge coletivamente as mulheres de forma diferenciada em relação aos homens. Neste conceito, a violência contra uma mulher praticada por um membro da família (como o irmão) é considerada uma violência baseada no gênero, não fazendo sentido indagar se houve ou não vulnerabilidade concreta da mulher ou especial motivação de gênero em um episódio individualizado de violência fraterna.

Tais precedentes internacionais derivados de tratados de direitos humanos das mulheres, ratificados pelo Brasil, constituem a moldura hermenêutica do art. 5º da Lei n. 11.340/2006, exigindo uma verdadeira “interpretação conforme” da legislação nacional à luz dos tratados internacionais. Esta diretriz internacional de presunção da violência de gênero à mulher coincide com os estudos de gênero que informam seu programa normativo. Vejamos.

4 A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA FRATERNA

4.1 PATRIARCADO E RELAÇÕES DE GÊNERO

A compreensão do conceito de gênero passa pelos estudos feministas, que, segundo Piscitelli (2009. p. 127-128), desde a década de 1930 passaram a questionar a normalidade das violências sofridas pelas mulheres e a produzir estudos acerca da teoria dos papéis sociais e seus reflexos no comportamento humano.

Num primeiro momento, uma das categorias chave utilizada para denunciar a violência sofrida pelas mulheres foi a de “patriarcado”, entendido como o divisor da estruturação social do trabalho a partir do critério do sexo biológico, o qual atuaria como um dos pilares da violência contra as mulheres ao tornar natural a cultura de dominação-exploração (v. SAFFIOTI, 2004, p. 56; BANDEIRA, 2014). O patriarcado pode ser conceituado como um sistema social no qual a diferença sexual seria o critério distintivo para embasar a subordinação da mulher pelo homem, o qual controlaria o corpo desta para fins reprodutivos ou sexuais e, ainda, o corpo dos filhos (PISCITELLI, 2009, p. 132).

Com efeito, as relações patriarcais remontam desde o período paleolítico (BADINTER, 1986). Na Roma Antiga, o pátrio poder foi juridificado e ensejava a obrigação de mulheres, filhos e agregados obedecerem ao homem chefe da família. Assim, o que hoje é compreendido como violência contra a mulher antigamente era compreendido como o exercício regular de um direito, um castigo e correção legal e legítima do homem sobre a sua mulher, bem como sobre as demais pessoas submetidas ao seu poder (MACHADO, 2016. p. 165).

A memória social da estrutura jurídica patriarcal ainda é muito presente e arraigada. Por exemplo, o Código Civil brasileiro de 1916 previa que ao marido competia o pátrio poder e, por conseguinte, o direito de exigir de sua mulher obediência, estando a mulher obrigada a atender a vontade de “seu homem” em tudo que fosse justo e honesto. Tal situação apenas se findou (ao menos legalmente) com a edição do Estatuto da Mulher Casada, meio século atrás, em 1962. Tais estruturas sociais patriarcais ainda se mantêm no inconsciente coletivo, mediante representações sociais compartilhadas sobre os comportamentos tidos como aceitáveis ou não aceitáveis entre homens e mulheres, normalizando uma violência disciplinar em caso de violação de tais expectativas dos papéis (MACHADO, 2009, p. 12).

Não obstante o pátrio poder ser predominantemente atribuído aos homens, eventualmente ele poderia ser deslocado e invocado por outro familiar, diante de circunstâncias específicas. Assim, também a mulher poderia assumir a figura de patriarca/matriarca, embora tal ocorrência não fosse comum (MACHADO, 2016. p. 169).

Nessa linha, Saffioti (2004, p. 57) afirma que o patriarcalismo é o responsável por conferir poderes sexuais aos homens sobre as mulheres quase sem qualquer restrição, principalmente em vista do débito conjugal explicitado em diversos códigos civis inspirados no Código Napoleônico. E conclui que a base material do patriarcalismo ainda subsiste, o que poderia ser comprovado pela discriminação salarial das trabalhadoras, pela segregação ocupacional e marginalização das

mulheres quando envolvidos importantes papéis econômicos e político-deliberativos e, principalmente, pelo controle da sexualidade e capacidade reprodutiva desse grupo (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Por outro lado, estudos feministas mais contemporâneos têm preferido trabalhar com o conceito de “relações de gênero” ao de patriarcado (BUTLER, 1998; SANTOS; PASINATO, 2005; MACHADO, 2000; BANDEIRA, 2014; CONNELL; PEARSE, 2015; MENDES, 2017, p. 86-97). Ainda que se reconheça a relevância do conceito histórico de patriarcado, e mesmo a persistência de relações patriarcais contemporâneas, as violências sofridas pelas mulheres são mais amplas e deitam raízes em comportamentos que estão ligados aos papéis sociais dos gêneros masculino e feminino, e das relações que são normalizadas a partir de tais representações.

Um dos primeiros desenvolvimentos nesta área partiu da área médica, ainda na primeira metade do século XX, ao construir o conceito de “identidade de gênero” para se referir ao comportamento de crianças intersexo (DORLIN, 2009, p. 31). A apropriação sociológica do conceito de gênero parte da distinção entre o sexo biológico e o respectivo papel social. Assim como os papéis sociais são culturalmente construídos, também o são os papéis sexuais, ou seja, o que se atribui como conduta “normal” para o comportamento masculino e feminino.

Conforme esta teoria, o aprendizado social do que é normal passa a fazer parte da identidade do sujeito (*self*), de sorte que as mulheres interiorizam tais valores e se cobram pelo eventual não cumprimento dos papéis femininos. Como afirmam Nogueira et al., (2005, p. 205): “o discurso do gênero envolve a construção da masculinidade e feminilidade como polos opostos e a essencialização das diferenças daí resultantes”. Igualmente, os homens interiorizam tais valores e são socialmente constrangidos a aderirem à atuação performática do gênero masculino (BUTLER, 1988), associada às posições de poder, controle, agressividade e licenciosidade sexual. As relações entre homens e mulheres são moldadas por tais representações partilhadas dos papéis sociais de gênero, gerando uma relação assimétrica de poder entre homens e mulheres que normaliza diversas violências disciplinares às mulheres. Estas manifestações do gênero podem ser reconhecida nas representações culturais sobre temperamentos ligados ao sexo tidos como inatos, segundo o qual as mulheres seriam mais delicadas, frágeis, dóceis, amorosas, cuidadoras, devendo os homens se comportar em sentido oposto.

Os estudos de gênero também reconhecem que a divisão meramente binária entre masculino e feminino é reducionista, pois exclui as diferenças entre as mulheres e entre os homens (por exemplo, entre masculinidades violentas e não violentas) (v. CONNELL; PEARSE, 2015, p. 46-

47). A teoria das relações de gênero vai além de uma visão da mulher como mera vítima de uma violência masculina, pois ela pode resistir, ainda que dentro de uma relação desigual de poder (MACHADO, 2000). A violência de gênero não deriva de uma relação estática de dominação masculina, mas de uma relação de poder dinâmica e complexa.

Em síntese, o gênero é a organização social da diferença sexual, construída a partir das relações de poder, da ação das instituições, das práticas e dos discursos (BUTLER, 1998). Enquanto a ideia de patriarcado remete a posições fixas entre homens e mulheres, a teoria das relações de gênero, especialmente a partir do referencial teórico do construcionismo social e do feminismo crítico (NOGUEIRA et al., 2005), pressupõe que aquilo que fora aprendido seria passível de ser ressignificado e, portanto, modificado, tornando possível o fim da subordinação feminina. Esta teoria abre espaço para se pensar em novas feminilidades não subservientes e novas masculinidades não violentas. Também abre espaço para o questionamento da heteronormatividade hegemônica e para novas manifestações de orientação sexual e a identidade de gênero, inaugurando uma nova agenda de direitos LGBTI (v. CORRÊA, 2011).

4.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA FRATERNA

As ciências sociais não limitam a compreensão da violência baseada no gênero às relações conjugais e afetivo-sexuais estáveis, mas a estende a diversas outras relações sociais, no âmbito público e privado, inclusive a violência praticada pelos demais integrantes da família, como os irmãos.

Saffioti defende que a violência familiar é uma modalidade de violência de gênero, entendida a família como um território simbólico onde os homens exercem autoridade sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 71). Na mesma linha, Zanotta (2016, p. 168-169) sustenta que, na ausência ocasional do pai, o poder patriarcal é transferido ao irmão, pois, como visto, a autoridade patriarcal é passível de deslocamento, mas comumente substituído por outro homem, e que a violência do irmão contra a irmã deve ser reconduzida à categoria de violência de gênero. A estrutura das relações de gênero compele o irmão a exercer seu papel de macho, de líder, de comandante, determinando o que é certo ou errado à irmã, e sentindo-se legitimado a exercer a violência disciplinar caso a mulher não se submeta à sua determinação.

Especificamente sobre a temática da violência fraterna, Zanotta destaca que essa violência pode ocorrer igualmente quando as irmãs reagem diante da imposição de vontade de seus irmãos, uma vez que “no repertório simbólico, social e cultural, há a presunção de que o gênero masculino

possa invocar a pseudolegitimidade do poder pátrio a qualquer momento” (ZANOTTA, 2016, p. 167).

Zanotta (2016. p. 168-169) conclui:

Entre irmãos e irmãs, a violência de gênero se dá como extensão da autoridade devida ao gênero masculino. Gênero e idade se combinam e são invocados quando irmãos submetem “irmãs mais novas”. Quando o irmão mais jovem controla a irmã mais velha basta invocar o gênero para assumir posição de fiscalização sobre sua honra, ou se considerar detentor da razão. Entre irmãs, a irmã agressora por ser mais velha, ou por se considerar mais honrada ou mais capaz, pretende fazer obedecer a outra irmã.

Mesmo que a violência de gênero usualmente ocorra de um homem contra uma mulher, ela também pode ocorrer entre dois homens ou entre duas mulheres. Saffioti exemplifica: “A disputa por uma fêmea pode levar dois homens à violência, o mesmo podendo ocorrer entre duas mulheres na competição por um macho. Como se trata de relações regidas pela gramática sexual, podem ser compreendidas pela violência de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 71). A disciplina exercida contra uma mulher por não cumprir seu papel feminino, seja praticada por um homem ou mulher, também pode ser tida como uma violência de gênero.

A violência fraterna não é insignificante. No Brasil há 4,8 mortes violentas de mulheres a cada 100 mil habitantes, fazendo-o ocupar a 5ª (quinta) posição no *ranking* mundial de homicídios contra as mulheres (WASELFISZ, 2015). Segundo tal estudo, o segundo local onde mais ocorrem os homicídios das vítimas do sexo feminino é o seu domicílio (27,1%), atrás apenas das agressões ocorridas em via pública (31,2%); todavia, o padrão se inverte quando se analisam as agressões não letais praticadas contra esse grupo, exasperando-se a taxa de violência praticada na residência destas para o percentual de 71,9% (WASELFISZ, 2015). Isso indica que o lar é um local de exercício de controle e disciplina sobre as mulheres.

Quanto aos agressores, a referida pesquisa demonstrou que os familiares e ex-parceiros são responsáveis por 67,2% das agressões das vítimas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre estes diversos agressores, um número significativo é composto pelas agressões praticadas pelo irmão. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), objeto de parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz índices alarmantes: 5,6% das vítimas entre 18 a 29 anos, 11,1% das vítimas entre 30 e 59 anos e 12,7% das vítimas com 60 ou mais anos são vítimas de violência perpetradas por irmãos (WASELFISZ, 2015).

Portanto, ignorar a violência fraterna como não sendo uma violência de gênero significa invisibilizar mais de um décimo das violências sofridas pelas mulheres na vida adulta e terceira idade.

5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA NORMATIVO SUBJECENTE À LEI MARIA DA PENHA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA FRATERNA

A adequada interpretação do art. 5º, *caput*, da Lei Maria da Penha exige, no âmbito da interpretação sistemática, a consideração dos precedentes internacionais, tanto da CIDH quanto do comitê CEDAW, pois são organismos internacionais derivados de tratados incorporados ao direito brasileiro, com estatura superior à legislação infraconstitucional, e que pressupõem ser a violência familiar uma forma de violência de gênero, pois derivada da estrutura social que fomenta violências às mulheres e que afeta as mulheres de forma desproporcional em relação aos homens. O controle de convencionalidade exige uma interpretação da legislação nacional conforme aos tratados internacionais (v. MÜLLER, 1996). Isso significa que, se há duas possíveis interpretações da norma, deve-se dar preferência à interpretação que maximize a conformidade da norma às diretrizes da convenção sobre direitos humanos.

Ademais, o uso da expressão “gênero” na lei igualmente faz uma remissão aos estudos sobre gênero das ciências sociais. Segundo Müller (1996, p. 293), os estudos das ciências sociais integram obrigatoriamente a atividade hermenêutica ao conferirem legitimidade ao programa normativo, portanto, conformando a interpretação teleológica. A própria Lei Maria da Penha, em seu art. 4º, faz uma conexão da atividade hermenêutica com os estudos sociológicos sobre “as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. Como visto, os estudos das ciências sociais que subsidiam o programa normativo da Lei Maria da Penha consideram a violência de gênero uma violência estrutural e não meramente situacional ou individual. Portanto, ambos os cânones hermenêuticos (interpretação sistemática e teleológica) apontam para a corrente interpretativa de proteção integral (a finalidade da lei), que considera presumida a violência de gênero quando uma mulher sofre violência no contexto familiar. Aprofundemos este tema.

Segundo Dahlberg e Krug (2007), a violência doméstica é multicausal e complexa. Sua explicação obedece a um modelo ecológico, que reconhece múltiplos níveis de influência no comportamento violento, no âmbito social, comunitário, relacional e individual. O nível mais amplo dessa relação causal é o social, onde são produzidas as normas sociais que legitimam a violência como aceitável para resolver conflitos. Também possui reflexos no contexto comunitário específico, nas relações entre os envolvidos e nos eventuais aspectos individuais (biopsicológicos) do agressor ou da vítima.

Estudo da Organização Mundial de Saúde indica que os fatores mais relevantes para fomentar a violência contra a mulher são as normas sociais relacionadas à autoridade masculina e ao comportamento feminino, normas que justificam a agressão disciplinar da mulher e as normas jurídicas que criam desvantagens para as mulheres terem acesso à propriedade e recursos produtivos (OMS; LONDON SCHOOL OF HYGIENE AND TROPICAL MEDICINE, 2010). Nessa perspectiva, todas as mulheres que vivem numa sociedade marcada por tais normas sociais sexistas estão submetidas ao risco de sofrerem violência no âmbito doméstico, familiar ou das relações íntimas de afeto, pelo simples fato de serem mulheres. E ao sofrerem esta violência, terão uma experiência substancialmente distinta daquela eventualmente experimentada por homens.

Segundo Nogueira et al. (2005, p. 205): “o gênero não é um fenômeno que existe dentro dos indivíduos, pronto para ser descoberto e medido pelos cientistas sociais”. Portanto, a violência de gênero não opera no nível individual da consciência, mas no nível da infraestrutura das relações sociais, no conjunto de representações sobre o que é aceitável ou não aceitável para o comportamento masculino e feminino, interiorizado de forma silenciosa e inconsciente por homens e mulheres desde a tenra infância, e replicado de forma automatizada nos momentos de tensão e conflito, como um imperativo de cumprimento do seu papel social. Por isso, enquanto violência simbólica, a violência de gênero não tem uma natureza subjetiva, mas objetiva e estrutural: decorre da repetição de um comportamento prescrito em nível social, de uma visão sexista compartilhada. Eventualmente ela pode até vir à tona mediante discursos que expressamente afirmam a inferioridade feminina e procuram legitimar a dominação masculina expressa na violência disciplinar contra o não cumprimento do papel feminino ou para afirmação do papel masculino. Mas, ordinariamente, ela se move no nível do inconsciente, normalizando o comportamento violento misógino.

Tais manifestações do exercício do poder do homem sobre a mulher não exigem que a mulher tenha alguma especial “vulnerabilidade”, ao contrário, é a estrutura social sexista que cria *ipso facto* a vulnerabilidade de todas as mulheres. Algumas mulheres podem reconstruir suas subjetividades, afastando-se do padrão de subserviência e reagindo à violência sofrida; mas, ainda assim, essa reação não é exercida numa moldura de igualdade, ao contrário, é sempre de luta contra a estrutura sexista que molda todas as interações sociais (MACHADO, 2009). Assim como Alice no país das maravilhas, as mulheres devem correr em dobro para avançarem, pois se apenas correrem permanecerão paradas.

Nas relações fraternas, tal “moldura” das relações sociais sexistas também está presente: o homem julga-se no direito de, numa situação de conflito com sua irmã, impor seu ponto de vista

com o recurso à violência física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual. É da essência da violência de gênero a representação de legitimidade do uso da violência disciplinar contra a mulher que não se submete à determinação do homem. Não apenas uma legitimidade, mas uma exigência de reafirmação da virilidade masculina, de não aceitar questionamentos, de se fazer impor. Esta cultura sexista associa virilidade a agressividade exigindo que o homem não se deixe passar por um “banana”, um “frouxo”, um não-homem. Na expressão de Segato (2006, p. 7), há uma “fraternidade patriarcal”, que exige que o homem substancie e reafirme sua masculinidade aos demais homens, através de demonstrações de poder e de exercício da violência disciplinar ao questionamento de sua autoridade masculina.

A violência de gênero não está apenas “em um lugar”; ela é por definição complexa e multicausal. Ela está na representação do homem sobre qual é o comportamento masculino e feminino adequados: exigência de comando e normalização da agressividade como afirmação de masculinidade, expectativa de subserviência e docilidade do feminino. Também está na representação da mulher sobre o papel masculino e feminino: normalizando a violência do homem e se autoculpabilizando pelo conflito. Zanella (2018) demonstra como a cultura sexista molda a subjetividade, criando dispositivos de controle que são internalizados pelas mulheres e pelos homens, constringendo-os a cumprirem seus papéis sociais. Assim, não é necessário que ninguém censure a mulher que reage e viola tais papéis: ela se autocensura, gerando dilema e culpa. A violência de gênero está ainda na visão que terceiros (familiares, vizinhos, amigos) têm sobre a situação de violência, entendendo-a como um mero desentendimento familiar, uma questão privada em que não se deveria intervir, um problema muitas vezes causado pela própria mulher que “provocou” o homem. Está ainda na violência institucional que a mulher poderá vir a sofrer caso decida denunciar a violência sofrida, e que acaba reforçando a vigência social das normas sexistas.

Há uma microfísica das relações de gênero que fomenta a violência também nas relações fraternas. Em síntese, conforme Russo e Pirlott (2006), é necessário incorporar as perspectivas psicológicas do agressor e da vítima, bem como o contexto situacional, estrutural e cultural, para compreender a diferença substancialmente distinta da experiência da violência familiar na vida de homens e mulheres. A violência familiar não pode ser compreendida fora do contexto social que a molda (WINSTOK et al., 2017).

Nas relações entre companheiros, esse viés sexista é (ou deveria ser) mais óbvio, facilitando o reconhecimento. Também esta modalidade de violência entre companheiros é quantitativamente mais visível, já que representa dois terços do total das violências familiares (WASELFISZ, 2015). Todavia, trata-se da mesma violência de gênero quando há violência fraterna, pois a família é o

locus simbólico onde se perpetuam tais relações de hierarquia e subordinação, de forma que a cultura sexista fomenta a expectativa de que homens sejam cuidados e servidos pelas mulheres, que eles dominem e comandem, que controlem a vida das mulheres, e que a insubordinação feminina a tal papel seja legitimamente punida com o recurso à violência disciplinar fraterna (v. SEGATO, 2006). Nessa estrutura social sexista, sempre algum homem será legitimado a exercer autoridade e vigilância disciplinar sobre a mulher: seja o pai, irmão, companheiro, ou, na idade mais avançada, o filho. Ou uma mulher que ocupe este *locus* de poder.

Mesmo mulheres muito independentes e aparentemente nada vulneráveis estão sujeitas a sofrerem a violência de gênero, quando o homem entender que ela não está cumprindo sua obrigação de irmã ou está questionando sua autoridade de irmão, comprometendo sua masculinidade. Opor-se a tal violência não é algo natural, é sempre um esforço à mulher romper com tal papel de aceitação do comando masculino, diante de todos vetores de constrição a que está submetida nas diversas relações sociais, comunitárias, relacionais e individuais. Ademais, ao não aceitar a violência, a mulher ativa um mecanismo de reação instintiva no homem que fomenta a escalada da violência, pois o homem que não reage à resistência feminina tem sua própria virilidade diminuída (WINSTOK et al., 2017). Igualmente, a mulher terá o fundado receio de não ter o apoio dos demais membros da família, da comunidade, ou das instituições públicas. Estará sujeita ao conflito interno de não ser uma boa irmã, o que pode, inclusive, trazer consequências à sua saúde psicológica (v. ZANELLO, 2018). Portanto, trata-se de uma violência que não atinge as mulheres da mesma forma que os homens.

Assim, ainda que o móvel imediato do conflito fraterno seja uma disputa patrimonial, quem tem a legitimidade de ditar como será feita a divisão da herança, quem terá a primazia de administrar a pensão da mãe, quem tem o poder de dizer quem irá ingressar ou não na casa comum, ou mesmo conflitos absolutamente banais, como quem irá ter o controle remoto da televisão nas mãos, o não cumprimento de um pedido pelo irmão, uma crítica qualquer a um comportamento da irmã, em todas essas situações, por trás do móvel imediato no âmbito relacional, não se pode perder de vista que no âmbito social e comunitário as relações de gênero entre os irmãos não são iguais. Atribui-se o lugar pseudolegítimo de comando ao homem, igualmente legitimando-se o (em verdade, uma exigência de) recurso à violência disciplinar masculina. Não faz sentido afastar a aplicação da lei a conflitos patrimoniais quando a própria Lei Maria da Penha expressamente reconhece em seu art. 7º, inciso IV, que os conflitos patrimoniais também estão inseridos no escopo protetivo da lei.

Mesmo quando o irmão drogado exige dinheiro da irmã ou da genitora para alimentar seu vício, usando de violência ou grave ameaça, o que está por trás de tal comportamento é a expectativa

de que as mulheres atendam às determinações do homem, que as mulheres devem servir e cuidar dos interesses do homem, que as mulheres da família vão se culpabilizar pelo vício do homem, pois provavelmente ele se viciou porque uma mulher não cuidou adequadamente dele, que o homem pode recorrer à violência para reforçar sua autoridade masculina, que se o homem não recorrer à violência haverá um questionamento da sua virilidade pelas demais pessoas, que o contexto comunitário tenderá a enxergar tal violência masculina como um mero desentendimento familiar, uma coisa privada, e que as mulheres tenderão a pensar duas vezes antes de denunciar tal violência familiar, diante dos inevitáveis percalços que enfrentarão perante as instâncias formais de controle e por ser responsabilidade da mulher manter a “unidade da família”. Não se trata apenas de a mulher ter uma força física menos avantajada, mas, acima de tudo, do conjunto de relações sociais que subalternizam as mulheres e normalizam as violências por elas sofridas, especialmente nas relações de família.

Mesmo que o irmão esteja sob o efeito de álcool quando pratica a agressão, o álcool não retira a violência de gênero, apenas diminui os freios inibitórios. O uso de álcool ou drogas é um fator de risco (v. CAMPBELL et al., 2003) e tais fatores não anulam a estrutural social sexista e sua moldura cultural: apenas a potencializam. Como já dito, os gatilhos para a violência sexista não operam no nível da consciência, mas já estão pré-ordenados no âmbito das reações de impulso derivadas da socialização sexista. Da mesma forma, a interseccionalidade de outros fatores de vulnerabilidade pela mulher (como raça, cultura, idade, deficiência, religiosidade, orientação sexual etc) não retira a sua vulnerabilidade de gênero, apenas agrava o risco de novas violências às mulheres (HIRATA, 2014; v. ainda: ONU, Comitê CEDAW, Recomendação Geral n. 19, 1992, item 12).

Portanto, é um grave erro a tendência jurisprudencial que procura exigir demonstração concreta quanto a eventual vulnerabilidade ou hipossuficiência especial da mulher no conflito com o irmão para permitir a aplicação da Lei Maria da Penha, pois a violência de gênero não está apenas no “aspecto relacional da mulher”: está na sociedade, no contexto comunitário, na relação familiar fraterna e nas representações individuais do homem e da mulher envolvidos no conflito. É possível que a mulher esteja especialmente vulnerabilizada, seja especialmente submissa à autoridade do irmão, mas mesmo que tal não exista ainda haverá violência de gênero se o comportamento do irmão é em alguma medida moldado ou reforçado pela cultura sexista que lhe atribui o direito (ou exige-lhe o comportamento) de se utilizar da violência para impor sua vontade à irmã, ou para criticá-la por algum comportamento tido como indevido. Se um homem pratica um ato de violência familiar contra a mulher e age de acordo com a representação social sexista que lhe confere legitimidade ou exige ao comportamento agressivo masculino, não se pode dizer que este

comportamento não teve nenhuma colaboração da cultura sexista, especialmente no país que é o 5º país do mundo em assassinatos de mulheres e o 90º em igualdade de gênero (WAISELFISZ, 2015; FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2017). Nem que seja, ao menos, a segurança do respaldo social.

Também é um erro afastar a violência de gênero quando, além da mulher, outro homem também for vítima da violência familiar. Como visto, mesmo homens podem vir a sofrer violência de gênero de outro homem, especialmente quando há uma disputa por um lugar de comando, de autoridade, ou quando a virilidade violenta está em cena (SAFFIOTI, 2004, p. 71), expressa na ideia de que “homem que é homem não leva desaforo para casa”. Homens também estão sujeitos à autoridade patriarcal nas relações de família (MACHADO, 2016). A diferença é que quando há uma violência com tal motivação de gênero apenas contra uma vítima homem, não se ativa o programa normativo da Lei Maria da Penha, que é o de oferecer uma proteção especializada às mulheres que sofrem violência de gênero, por serem presumidamente mais vulneráveis que os homens em razão dos valores culturais sexistas dominantes, conforme as diretrizes do direito internacional. Esta violência nunca é distribuída de forma idêntica entre as vítimas homens e mulheres, pois a possibilidade de resistência masculina é sempre maior.

Portanto, se um irmão agride o irmão e a irmã no mesmo contexto, não é possível se afastar a violência de gênero contra a irmã, pois a moldura das relações sociais nas quais tal violência foi praticada é uma moldura que normaliza tanto a disputa por autoridade entre os homens, quanto a exigência de dominação às mulheres. Ambos são mecanismos de afirmação da masculinidade e, portanto, uma violência de gênero. Ademais, a mulher está mais exposta ao risco de revitimização (pelos sistemas de segurança pública e de justiça) por ser mulher.

Por outro lado, é possível que uma irmã invoque a autoridade patriarcal para praticar uma violência disciplinar contra a outra irmã, seja por que é mais velha, seja porque é mais honrada e possui legitimidade de disciplinar a irmã que não cumpre seu papel feminino (MACHADO, 2016). Nesta situação de agressora mulher não está presente o fator de afirmação da virilidade do agressor pelo comportamento violento, mas outros fatores podem estar presentes, como o deslocamento da autoridade de comando familiar ou a disciplina à irmã. Talvez possa ser excepcionalmente afastada a aplicação da Lei Maria da Penha nas violências entre irmãs quando há uma violência possivelmente recíproca entre elas, ou quando a agressora possui outros fatores de vulnerabilidade, como idade ou deficiência, que permitam questionar a efetiva influência das relações de gênero na experiência violenta. Mesmo assim, com uma atenção muito especial para não tornar invisível a violência de gênero, pois se houve uso da violência na relação familiar contra uma mulher é porque

se entendeu como legítimo tal recurso, que se tratava de um sujeito violentável, bem como de um sujeito que objetivamente possui mais dificuldades de denunciar a violência, que sofrerá de forma diferenciada a violência que uma vítima masculina e, portanto, necessita de instrumentos especiais para enfrentar a violência familiar. Aliás, a Lei Maria da Penha expressamente reconhece a possibilidade de mulheres serem autoras de violência de gênero (art. 5º, parágrafo único).

Eventualmente, os estudos sociológicos discutem a violência de gênero demonstrando, a partir de casos concretos, como havia uma vulnerabilidade feminina (v.g., MACHADO, 2016). Todavia, o estudo de tais casos concretos é feito apenas como um raciocínio indutivo: a partir dos casos concretos reconstrói-se a regra geral. Há uma relação desigual de poder entre homens e mulheres na sociedade brasileira (e ocidental em geral), derivada das representações sexistas, que gera objetivamente uma situação de desvantagem às mulheres e, portanto, uma vulnerabilidade social. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha é o próprio reconhecimento estatal da existência da violência de gênero subjacente às relações sociais, fruto de intenso *advocacy* de movimentos feministas e de mulheres (BARSTED, 2007).

Quando a Lei Maria da Penha dispõe que ela será aplicada a “qualquer ação ou omissão baseada no gênero” (art. 5º, *caput*), no âmbito familiar, doméstico e das relações íntimas de afeto, ela não está pedindo ao interprete jurídico que avalie no caso concreto se a violência familiar contra uma mulher teve ou não alguma especial motivação de gênero ou alguma vulnerabilidade especial da mulher. Ela já está denunciando, no próprio texto normativo, que tais violências são praticadas em um contexto social marcado pela desigualdade de poder entre homens e mulheres, que fomenta diversas violências contra as mulheres, dentre elas a violência familiar, doméstica e derivada das relações de afeto. A lei procura abrir os olhos dos operadores do direito para a existência da violência de gênero no âmbito das relações sociais em geral, e familiares em especial. A violência baseada no gênero é o pressuposto político do programa normativo subjacente à elaboração legislativa de proteção integral à mulher e não um fruto da atividade probatória no caso concreto.

Ademais, cada ato individual de violência, ao reproduzir uma norma social sexista, acaba por reforçar a vigência desta norma, num ciclo vicioso. Nessa perspectiva, cada episódio de violência doméstica e familiar contra a mulher se torna parte de uma metalinguagem, reforçando a ordem misógina como aceitável e inevitável. A criminalização desta violência e seu tratamento especializado pela Lei Maria da Penha iluminam suas motivações discriminatórias no âmbito estrutural das relações sociais, da mesma forma que o racismo e a homofobia. Nas palavras de Romero (2014, p. 373): “a violência funciona como um instrumento de controle para conter a mudança, as transgressões pelas mulheres dos tradicionais regimes de gênero”.

Assim, se os operadores do direito, ao invés de reconhecerem a violência de gênero já denunciada pela lei, portanto por ela presumida para a proteção integral, procurarem artificialmente reduzir o campo hermenêutico da lei, por uma interpretação restritiva, que se torna cega à microfísica das relações de gênero, acabarão por retirar as mulheres da proteção da lei, invisibilizando a violência de gênero nas relações familiares. Eventual consolidação desta tendência jurisprudencial fomentará o descumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, nos termos das diretrizes já indicadas pelo comitê CEDAW e decisões da CIDH, que pressupõem que a violência familiar contra a mulher é uma forma de violência de gênero. A interpretação dos tratados de direitos humanos deve ser guiada pela regra hermenêutica de que devem ser interpretados “de maneira suficientemente favorável à efetiva proteção dos direitos individuais” (MECHLEM, 2009, p. 912). O estudo de caso deixa claro que permitir ao Judiciário eventual análise de “motivação de gênero” no caso concreto para permitir aplicar a Lei Maria da Penha significa, na prática, retirar a maioria dos casos de violência fraterna do campo de proteção da legislação, negando-lhe vigência.

CONCLUSÃO

O presente trabalho identificou duas correntes jurisprudenciais quanto à aplicação da Lei Maria da Penha à violência fraterna: a presunção legal da incidência da lei para a proteção integral e a exigência de comprovação concreta de uma situação de vulnerabilidade ou discriminação à mulher ou ainda de especial motivação de gênero pelo autor da violência. A jurisprudência do STF na ADC 19 reconhece a presunção da vulnerabilidade de gênero nas violências familiares. A jurisprudência do STJ oscila sobre o tema, com precedentes de presunção legal para proteção integral, e outros que exigem comprovação concreta de vulnerabilidade da mulher ou de “motivação de gênero” pelo agressor, na violência familiar.

As recomendações do comitê CEDAW e os julgados da CIDH reconhecem que a violência de gênero possui natureza estrutural nas relações sociais e, portanto, a violência contra a mulher no âmbito da família é uma violência de gênero. Tais precedentes internacionais integram a interpretação sistemática da legislação nacional.

No âmbito da interpretação teleológica, os estudos sociológicos sobre as relações de gênero reconhecem a violência de gênero como complexa e multicausal, tendo raízes na cultura sexista. O espaço familiar é um lugar simbólico onde os homens alimentam expectativas de exercerem autoridade sobre as mulheres, de controlarem sua vida particular e, especialmente, sua sexualidade, de terem as mulheres para servi-los, numa posição de cuidadoras e de submissão à sua autoridade, de forma que o não cumprimento de tais expectativas pelas mulheres legitima o uso de violência

disciplinar. Esse conjunto de violências familiares e/ou domésticas deve ser reconduzido ao conceito de violência de gênero, pois deriva das relações desiguais de poder entre homens e mulheres e atinge de forma mais acentuada as mulheres. Portanto, se um irmão usa de violência contra a irmã, dentro de uma sociedade que normaliza a masculinidade violenta no âmbito das relações familiares, não se pode dizer que o comportamento concreto deste homem não tenha sido influenciado ou respaldado por tais relações de gênero construídas dentro desta infraestrutura social sexista. E que tal violência fraterna não a retroalimente, num ciclo vicioso.

O programa normativo subjacente à Lei Maria da Penha, especialmente à luz de seu art. 4º, exige que sempre se presuma que há inter-relação entre o contexto social e comunitário de normalização da masculinidade violenta no âmbito doméstico e familiar com a violência em concreto praticada por irmão contra irmã. Trata-se de pressuposto para a proteção integral às mulheres prevista no direito internacional. Não cabe ao aplicar da Lei Maria da Penha investigar no caso concreto suposta ausência de motivação de gênero na violência familiar contra a mulher, pois é pressuposto de validade constitucional da própria lei a presunção de que nos espaços doméstico e familiar as relações são moldadas por uma estrutura social sexista, sendo, assim, “baseadas” no gênero. O presente estudo indicou um quadro preocupante de desproteção das mulheres, pois a jurisprudência do TJDFR retira proteção às mulheres da maioria dos casos de violência fraterna, sem diálogo com as diretrizes internacionais e os estudos de gênero. A tese da exigência de comprovação concreta de vulnerabilidade é a nova frente de resistências à aplicação da Lei Maria da Penha.

Esta interpretação universalista de proteção integral não significa que todas as mulheres sejam igualmente vulneráveis, ou que se trate de uma condição imutável. Trata-se apenas do reconhecimento legal de uma condição histórica e cultural das mulheres ainda prevalente, que exige medidas de reparação para afirmação de seus direitos fundamentais.

Finalmente, se, por um lado, esta perspectiva universalista procura incluir todas as mulheres na proteção integral prevista na Lei Maria da Penha, ela não é suficiente para compreender as complexidades das diversas interseccionalidades que podem agravar as vulnerabilidades das mulheres, como raça e etnia, classe social, idade, orientação sexual, deficiência, religiosidade, cultura procedência e outras especificidades. Tais fatores elevam o risco de sofrer violência, não anulam o risco, devendo ter especial consideração nas políticas públicas e pelo sistema de justiça.

THE LEGAL CONCEPT OF “GENDER-BASED VIOLENCE”: A STUDY OF THE APPLICABILITY OF THE ‘MARIA DA PENHA’ LAW IN CASES OF FRATERNAL VIOLENCE

Abstract

This paper argues fraternal violence against women must be presumed as a type of gender violence, requiring the enforcement of the ‘Maria da Penha’ Law. The study identified two current case law in the National Court of Justice and in a study of 36 cases of a State Appeal Court: the decision trend to presume women’s vulnerability in family relations, and the trend to require evidence of concrete vulnerability. In the State Appeal Court case law there is a tendency to deny enforcement of the Law to fraternal violence (32 cases). However, international Law directives (recommendation of the CEDAW committee and decisions of the IAHRRC) and feminist sociological studies recognize gender violence in the family as derived from structural factors (historical, social and cultural), rather than individual, indicating a presumption of women’s vulnerability. These studies compose the systematic and teleological interpretation of the ‘Maria da Penha Law’, allowing the reconstruction of its normative program that considers the imbalance of power between men and women as a legal presumption, not a concrete evidentiary requirement. The normative program of integral protection of women in situation of family violence demands to accept the thesis of legal presumption of vulnerability.

Keywords: gender violence, siblings, human rights of women, sociological studies, interpretation

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação”. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449/469, mai.-agos./2014.

BARSTED, Leila Linhares. “A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil”. In: ALMEIDA, Suely Sousa de (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 119-137.

BRASIL. Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha), DJU 8 ago. 2006.

BUTLER, Judith. “Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory”. *Theatre Journal*, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

CAMPBELL, Jacquelyn et al. “Risk factors for femicide in abuse relationships: results of a multisite case control study”. *American Journal of Public Health*, v. 93, n. 7, p. 1.089-1.097, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. “Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, 2017.

CIDH. *Cuadernillos de jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*, n. 4: Gênero. 2017. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/genero1.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.

CORREIA, Sonia. “O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos”. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O Progresso das mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro e Brasília: CEPIA e ONU Mulheres, 2011, p. 339-344.

CRUZ, Rubia Abs. *Lei Maria da Penha: a compreensão da violência de gênero no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça* [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UniRitter, 2017.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. “Violência: um problema global de saúde pública”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11 (sup.), p. 1163-1178, 2007.

DINIZ, Débora; GUMIERI, Sinara. “Implementação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha no Distrito Federal entre 2006 e 2012”. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camili; NEVES, Alex Jorge das. (Orgs.). *Pensando a segurança pública: direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública*. v. 6. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2016. p. 206-232.

DISTRITO FEDERAL. TJDF. Jurisprudência. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

DORLIN, Elsa. *Sexo, género y sexualidades: introducción a la teoria feminista*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

FILHO, Roberto Freitas; LIMA, Thalita Moraes. “Metodologia de análise de decisões – MAD”. *Univ. JUS*, Brasília, n. 21, p. 1-17, jul./dez. 2010.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. *The global gender gap report*. Genebra: FEM, 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, n. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. “Onde não há igualdade”. In: MORAES, Aparecida; SORJ, Bila. (Org.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009. v. 1.

MACHADO, Lia Zanotta. “Perspectivas em confronto: violência de gênero ou patriarcado contemporâneo?” *Série Antropológica*, n. 284, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. “Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha”. In: BARBOSA, Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio (Org.). *A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. Brasília: AMAGIS-DF, 2016.

MECHLEM, Kerstin. “Treaty bodies and the interpretation of human rights”. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, v. 42, p. 905-947, 2009.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MÜLLER, Friedrich. *Discours de la méthode juridique*. Trad. Olivier Jouanjan. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

NOGUEIRA, Conceição; NEVES, Sofia; BARBOSA, Carlos. “Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero”. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, v. 10, n. 2, p. 195-209, 2005.

OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório n. 54 (Caso Maria da Penha Maia Fernandes). 2001. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

OEA. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará). 1994. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

OEA. MESECVI. *Informe Final de Brasil*. OEA/Ser.L/II.7.10, MESECVI-IV/doc.73/12 corr.1. 2012. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/mesecvi/docs/FinalReport2012-Brazil.doc>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

OMS; LONDON SCHOOL OF HYGIENE AND TROPICAL MEDICINE. *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2010. Disponível em: <www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/9789241564007_eng.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

ONU. Comitê CEDAW, Recomendação Geral n. 19 (sobre a violência contra as mulheres), 1992. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>. Acesso em 29 jun. 2018.

ONU. Comitê CEDAW, Recomendação Geral n. 33 (sobre o acesso das mulheres à justiça), 2015. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2018.

ONU. Comitê CEDAW, Recomendação n. 35 (sobre a violência baseada no gênero contra as mulheres), 2017. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/Recommendations.aspx>>. Acesso em 29 jun. 2018.

ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 1979. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ONU. Plataforma de Ação de Pequim. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PASINATO, Wânia; GARCIA, Isis de Jesus; VINUTO, Juliana; SOARES, Jenefer Estrela. “Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência”. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camili; NEVES, Alex Jorge das. (Orgs.). *Pensando a Segurança Pública. Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Segurança Pública*. v. 6. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2016. p. 234-266.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

ROMERO, Teresa Incháustegui. “Sociología y política del feminicidio: algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 373-400, 2014.

RUSSO, Nancy Felipe; PIRLOTT, Angela. “Gender-based violence: concepts, methods, and findings”. *Annals New York Academy of Sciences*, v. 1087, p. 178-205, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO, Wania. “Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre os estudos feministas no Brasil”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SEGATO, Rita Laura. “Que és Feminicidio: notas para un debate emergente”. *Série Antropológica do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília*, n. 401, 2006.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso, 2015.

WINSTOK, Zeev; WEINBERG, Michael; SMADAR-DROR, Ronit. “Studying partner violence to understand gender motivations: or vice-versa?” *Aggression and Violent Behavior*, v. 34, p. 120-127, 2017.

ZANELLO, Waleska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

BAHIA. TJBA, Recurso em Sentido Estrito n. 0016271-16.2016.8.05.0000, Rel. Desa. Ivone Bessa Ramos, 1ª T. Crim., DJ 01/11/2017.

BRASIL. STF. ADC 19, rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, j. 09/02/2012, DJe-080 28/04/2014.

BRASIL. STF. ADI 4424, rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, j. 09/02/2012, DJe-148 31/07/2014.

BRASIL. STF, HC 87585, rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, j. 3 dez. 2008, , DJe 25 set. 2009.

BRASIL. STJ. AgRg no AREsp 1022313/DF, rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., j. 06 jun. 2017, DJe 13 jun. 2017.

BRASIL. STJ. HC 212767/DF, rel. Min. Vasco della Giustina (Des. Conv. TJ/RS), 6ª T., j. 13/09/2011, DJe 09/11/2011.

BRASIL. STJ. REsp 1239850/DF, rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., j. 16/02/2012, DJe 05/03/2012.

BRASIL. STJ. REsp 1416580/RJ, rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., j. 01/04/2014, DJe 15/04/2014.

BRASIL. STJ. REsp 1458184/DF, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, j. 20/11/2015, DJe 07/12/2015.

CEDH. Caso Opuz vs. Turquia. Requerimento n. 33401/02. Sentença de 09 set. 2009.

CIDH. Caso del Penal Miguel Castro Castro vs. Perú. Sentença 25 de novembro de 2006.

CIDH. Caso Espinoza Gonzáles vs. Perú. Sentença de 20 de novembro de 2014a.

CIDH. Caso Fernández Ortega e outros vs. México. Sentença de 30 de agosto de 2010.

CIDH. Caso González e outras (“Campo Algodoneiro”) vs. México. Sentença de 16 de novembro de 2009.

CIDH. Caso J. vs. Perú. Sentença de 27 de novembro de 2013.

CIDH. Caso Masacre Plan de Sánchez vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 2004.

CIDH. Caso Velásquez Paiz e outros vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 2015.

CIDH. Caso Veliz Franco e outros vs. Guatemala. Sentença de 19 de maio de 2014b.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n. 819846, 20120610017945EIR, rel. Des. Humberto Ulhôa, Câmara Criminal, j. 15/09/2014, DJE 19/09/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.1030799, 20150510124464RSE, rel. Des. Roberval Casemiro Belinati, 2ª T. Crim., j. 06/07/2017, DJE 14/07/2017.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.1092961, 20140610118734APR, rel. Des. Waldir Leôncio Lopes Júnior, 3ª T. Crim., j. 26/04/2018, DJE 04/05/2018.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.676386, 20120710139318RSE, rel. Des. Nilsoni De Freitas Custódio, 3ª T. Crim., j. 09/05/2013, DJE: 15/05/2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.680672, 20110112270468RSE, rel. Des. João Batista Teixeira, 3ª T. Crim., j. 28 maio 2013, DJE 03 jun. 2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.683135, 20130020106273CCR, rel. Des. Humberto Adjuto Ulhôa, Câmara Criminal, j. 10/06/2013, DJE 12/06/2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.861361, 20150020073494CCR, rel.. Des. Humberto Ulhôa, Cam. Crim., j. 13/04/2015, DJE 22/04/2015.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.883561, 20150020166154PET, rel. Des. Esdras Neves, 1ª T. Crim., j. 23/07/2015, DJE 31/07/2015.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.940090, 20150110251049RSE, rel. Des. Romão C. Oliveira, 1ª T. Crim., j. 06/05/2016, DJE 16/05/2016.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT, Acórdão n.941134, 20150510127270RSE, rel. Des. Esdras Neves 1ª T. Crim., j. 12/05/2016, DJE: 18/05/2016.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n. 750618, 20130310204662APR. rel. Des. João Batista Teixeira. 3ª T. Crim., j. 16/01/2014, DJE 21/01/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n. 760081, 20130110635120EIR, rel. Des. Jesuino Rissato, Câmara Criminal, j. 10/02/2014, DJE 17/02/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.1040951, 20150810040783APR, rel. Des. Jesuino Rissato, 3ª T. Crim., j. 17/08/2017, DJE 25/08/2017.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.1079355, 20140710071282APR, rel. Des. João Batista Teixeira, 3ª T. Crim., j. 22/02/2018, DJE: 07/03/2018.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.1102290, 20160710105346APR, rel. Des. João Batista Teixeira, 3ª T. Crim., j. 07/06/2018, DJE: 13/06/2018.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.667228, 20101110060355RSE, rel. Des. Silvano Barbosa Dos Santos, 2ª T. Crim., j. 04/04/2013, DJE: 09/04/2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.694052, 20130020129058CCR, rel. Des. Roberval Casemiro Belinati, Câmara Criminal, j. 08/07/2013, DJE 18/07/2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.694232, 20130020140533CCR, rel. Des. Romão C. Oliveira, Câmara Criminal, j. 08/07/2013, DJE 19/07/2013.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.771748, 20140020040758CCR, rel. Des. Humberto Adjuto Ulhôa, Cam. Crim., j. 24/03/2014, DJE 26/03/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.803196, 20130310239687APR, rel. Des. George Lopes, 1ª T. Crim., j. 25/06/2014, 21/07/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.838654, 20140020294249CCR, rel. Des. Jesuino Rissato, Câmara Criminal, j. 10/12/2014, DJE 15/12/2014.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.845944, 20140020304424CCR, rel. Des. George Lopes, Câmara Criminal, j. 26/01/2015, DJE: 04/02/2015.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.868682, 20150020126874CCR, rel. Des. Mario Machado, Câmara Criminal, j. 18/05/2015, DJE 26/05/2015.

DISTRITO FEDERAL. TJDFT. Acórdão n.906426, 20150020266178CCR, rel. Des. Jesuino Rissato, Câmara Criminal, j. 16/11/2015, DJE 19/11/2015.

GOIÁS. TJGO, RESE 212049-04.2015.8.09.0175, Rel. Des. Nicomedes Domingos Borges, 1ª T. Crim., j. 19/04/2018, DJe-2506 16/05/2018.

MINAS GERAIS. TJMG, Conflito de Jurisdição 1.0000.17.089609-6/000, rel. Des. Antônio Carlos Cruvinel, 3ª Cam. Crim., j. 30/01/2018, DJ 09/02/2018.

SANTA CATARINA. TJSC, Conflito de Jurisdição n. 2014.058227-5, de Criciúma, rel. Des. Volnei Celso Tomazini, 2ª Cam. Crim., j. 14/10/2014.

Trabalho enviado em 28 de maio de 2019
Aceito em 16 de maio de 2020